



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 04 | Nº. 07 | Ano 2023

AIRES PAULO PEDRO PANDA

ANGOLA: COLÔNIA PORTUGUESA, INDEPENDÊNCIA, GUERRA CIVIL: REFLEXÃO TEÓRICA A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO

ANGOLA: PORTUGUESE COLONY, INDEPENDENCE, CIVIL
WAR: THEORETICAL REFLECTION FROM THE HISTORICAL
CONTEXT

RESUMO: Este artigo visa analisar o processo histórico de formação nacional de Angola no período antes e depois da colonização portuguesa, assim como da independência e da guerra civil. Trata-se de um artigo baseado metodologicamente na revisão teórica bibliográfica e documental. Ressalta-se que Angola localiza-se no continente africano e foi colônia portuguesa até 11 de novembro de 1975, quando alcançou a independência. O país viveu 26 anos de guerra civil (1975-2002). Isso atrasou o seu desenvolvimento em todos os aspectos. Esse estudo contribui para a reflexão do processo histórico que afetou a vida dos angolanos, bem como é relevante para que os leitores e futuras gerações possam compreender o que ocorreu nesses períodos.

PALAVRAS-CHAVE: Angola; Colônia Portuguesa; Independência; Guerra Civil

ABSTRACT: This article aims to analyze the historical process of national formation in Angola before and after Portuguese colonization, as well as independence and civil war. The research is based on a methodological approach of theoretical-bibliographic and documentary review. It is important to highlight that Angola is located on the African continent and was a Portuguese colony until November 11, 1975, when it achieved independence. The country experienced 26 years of civil war (1975-2002), which hindered its development in all aspects. This study contributes to the understanding of the historical process that affected the lives of Angolans and is relevant for readers and future generations to comprehend what happened during these periods.

KEY WORDS: Angola; Portuguese Colony; Independence; Civil War

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

ANGOLA: COLÔNIA PORTUGUESA, INDEPENDÊNCIA, GUERRA CIVIL: REFLEXÃO TEÓRICA A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO

AIRES PAULO PEDRO PANDA ¹

INTRODUÇÃO

Angola é um país do continente africano que era uma colônia de Portugal até 11 de novembro de 1975, quando se tornou independente depois de uma guerra de libertação. O país enfrentou um longo período de conflito, que começou com a resistência armada ao colonialismo português. Depois da sua independência, os movimentos nacionalistas entraram em guerra uns contra os outros pelo poder e controle político, o que terminou em 2002.

Depois de Angola ter deixado de ser colônia de Portugal e assumir a sua independência, houve conflitos internos que tiveram como principais intervenientes o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que culminaram com a morte do líder do partido da UNITA, Jonas Savimbi, na província do Moxico, em 22 de abril de 2002 (CUNHA, 2014, p. 23).

Este artigo tem como propósito responder a seguinte pergunta: quais as causas da guerra civil em Angola? De acordo com alguns autores, os angolanos aspiravam à sua própria independência, mas depois de alcançá-la, a construção do país não foi uma prioridade. O que importava entre os movimentos de libertação ou partidos políticos era: quem iria governar? Em outras palavras, conflitos de poder. Assim, o tema tratado neste estudo é muito importante, pois há uma carência de artigos e pesquisas sobre ele. Este artigo contribui para o entendimento do assunto e estimula o interesse dos leitores e pesquisadores por novos estudos sobre o contexto histórico da independência.

Este estudo visa fazer uma análise do contexto histórico sobre o processo de construção nacional de Angola antes e depois da colônia portuguesa e da independência, e conseqüente guerra civil. Ele está organizado em cinco partes: a primeira é a introdução, onde a problemática e o objetivo são expostos; a segunda é o referencial teórico, onde os termos Angola pós-colônia portuguesa, independência e guerra civil são citados; a terceira contém a metodologia, explicando claramente as ferramentas utilizadas para a coleta dos dados apresentados; a quarta é a análise dos resultados; e, por fim, há as considerações finais do autor sobre a temática abordada aqui.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Tocantins. pandaaires@hotmail.com

BREVE HISTÓRICO DE ANGOLA ANTES E PÓS-COLÔNIA PORTUGUESA

Os povos bantus eram os habitantes originais do território que hoje é Angola. No sul, também havia povos nativos de origem não bantu, os khoi-san. Eles ficaram mais ou menos até o fim do século XIX. Em 1482, os primeiros portugueses chegaram à costa do território, liderados por Diego Cão. Antes dos portugueses em Angola, havia alguns reinos bem estruturados, como o reino do Congo, Loango, Kakongo, Bata, Ngoyo, Ndongo, Reino da Lunda, e os vizinhos Luba e Kazembe. Esses reinos se sustentavam com a agricultura, a pesca e a caça. Com os portugueses, a região foi chamada de reino ou província de Angola, com sede em Luanda e uma administração separada da província de Benguela. O território angolano também era conhecido como a joia da coroa.

Os portugueses começaram a chegar a Angola já no fim do século XV, eles queriam que Angola e também os outros países africanos fossem bases comerciais em função do caminho para a Índia. Em 1482 Diogo Cão e a sua frota chegaram à foz do rio Congo e estabeleceram ligações com o reino do Congo. Esta primeira relação será determinante para o futuro deste território que será abrangido por Angola. Desde o século XV, Portugal seguiu duas estratégias: estabeleceu uma base comercial em Luanda e promoveu uma lenta cristianização introduzindo elementos da cultura europeia, por intermédio de padres cultos. Gradualmente, com uma série de guerras e acordos, Portugal tomou o controlo do território que se estendia até ao reino do Ndongo. Entretanto Luanda criou um tráfico de escravos com destino a Portugal e para as plantações de cana-de-açúcar no Brasil (RUBINI, 2017, p. 4).

Segundo o Angolaconsulate (2015), em 1700, os portugueses dominavam uma área de 65 mil quilômetros quadrados, a partir do litoral de Luanda e Benguela até 200 quilômetros para o respectivo interior com o objetivo único de manter abertas as rotas dos escravos a partir do planalto. Os escravos negros eram a principal mercadoria sendo "exportados" para Portugal, Brasil, Antilhas e América Central. Durante os séculos XVIII e XIX, a situação não se altera na essência de maneira significativa, aumentando apenas a área de captura dos escravos, que se estende para o planalto central, e o número dos que eram enviados para fora de Angola.

No século XVII, durante a dominação filipina de Portugal, os holandeses ocuparam Luanda. Contudo, em 1648 os portugueses lutaram contra os holandeses, retomando Luanda e em 1671 também os estados do Congo e Ndongo. Embora houvesse, desde a chegada dos portugueses, algumas incursões nos territórios do interior, intenções sérias de penetração no interior começaram somente nas primeiras décadas do século XIX. Quando foi realizada a conferência de Berlim para que se acertasse a subdivisão de África entre as potências coloniais, Portugal tinha uma presença secular no país, ainda que estivesse longe de uma "ocupação efetiva". Finalmente, depois da conferência de Berlim, Portugal passou a um esforço para ocupar todo o território da Angola atual. Este processo foi muito demorado, só depois da proclamação da

República em Portugal, a expansão avançou mais rapidamente, e em 1920 havia um domínio integral do território. Depois da ocupação efetiva, com o governo Salazar foi consolidado o Estado colonial (RUBINI, 2017, p. 4).

José (2008) afirma que a conferência estabeleceu alguns pontos importantes, como a necessidade de haver tropas para garantir os territórios coloniais, o respeito pelos tratados de protetorados com os líderes africanos, o fim da escravidão e a adoção de medidas para civilizar os nativos. No entanto, somente por volta de 1900 é que os portugueses conseguiram dominar toda a área do extenso território, que corresponde à atual República de Angola. Porém, mesmo após 1900, os angolanos seguiram resistindo ao poder português.

Nessa época, o sistema de ensino oficial em Angola subdividia-se em dois setores distintos: um para nativos e outro para brancos e assimilados (filhos de famílias de cor negra, mas civilizadas), mas essa distinção era apenas em função de grau de desenvolvimento mental e social. Fundamentalmente, havia dois graus de ensino em Angola, isto é, o Primário e o Secundário. O ensino primário era rudimentar, geral e complementar, enquanto que o ensino secundário era liceal, técnico, profissional e magistério primário. O ensino primário era destinado a crianças nativas em grau atrasado de civilização, sendo exercido oficialmente pelas missões católicas portuguesas. Incluía uma classe preparatória e três classes ascendentes, cada uma correspondendo a um ano escolar (JOSÉ, 2008, p. 12).

DESCOLONIZAÇÃO

Rubini (2017) afirma que, a partir de 1950, iniciou-se uma luta contra o domínio português, um movimento que já se espalhava por vários países após o término da Segunda Guerra Mundial. Em Angola, essa luta se tornou um conflito armado contra Portugal com três protagonistas: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FLNA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

As lutas de libertação efetivaram-se em 15 de Março de 1961, quando um grupo armado da UPA atacou a população branca no Norte de Angola. Porém, esses acontecimentos foram precedidos por duas revoltas, a Baixa de Cassange e o assalto às cadeias de Luanda. A revolta laboral na Baixa de Cassange, a Leste de Malange, iniciada em 11 de Janeiro de 1961, mostrava o descontentamento da população nativa sobre os maus tratos do regime que lhes haviam sido impostos. E o assalto a cadeia de S. Paulo, em 4 de Fevereiro, para além de confirmar esse facto, também efetivaram o desejo da população em serem governados por pessoas que compreendessem e respeitassem as suas personalidades, facto que nunca foi claro para o governo português, que respondeu violentamente a essas revoltas. Esses acontecimentos marcavam o início de um período turbulento em Angola, onde a UPA, o MPLA e a UNITA reivindicariam a colonização portuguesa por meio da luta armada (AGUSTINHO, 2011, p. 19).

Barreto (2012) afirma que, entre 1961 e 1974, ocorreu a guerra de independência de Angola. Com o início da Revolução dos Cravos, no 25 de Abril de 1974, que derrubou o regime ditatorial do Estado Novo (1933-1974), começou um processo de negociações que terminou o conflito. Uma das medidas acordadas foi a formação de um governo de transição (composto pelos três movimentos independentistas, FNLA, MPLA e UNITA e por autoridades portuguesas). Essa medida prepararia a mais rica das colônias portuguesas no século XX para a sua autonomia política. A relação entre os movimentos de libertação, porém, era marcada por antagonismos.

A FNLA, cuja base social eram os Bakongo, tinha vínculos com o regime no Zaire e o governo dos EUA; o MPLA, com raízes sociais entre os Ambundu e a população mestiça, tinha ligações com partidos comunistas em Portugal e o apoio da União Soviética e de Cuba; a UNITA, enraizada entre os Ovimbundu, tinha o apoio da África do Sul. Portugal começou a conceder direitos de cidadão aos habitantes de Angola, que passou de colônia a província, antes de ser o Estado de Angola. Ao mesmo tempo, Portugal estendeu o ensino em Angola, de modo que os angolanos estivessem mais ligados à Metrópole. Entretanto os movimentos de libertação continuavam a luta, apesar de a possibilidade de conseguir a independência pelas armas se ter tornado muito limitada. Milhares de soldados portugueses foram para África. No curso do conflito armado, Portugal tentou consolidar a presença em Angola, também realizando importantes obras públicas (RUBINI, 2017, p. 5).

De acordo com Silva (2017), Portugal enfrentou treze anos de resistência colonial (1961 – 1974), e apenas três movimentos se destacaram nessa luta, a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola; o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola; e, posteriormente, a UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola. Esses movimentos se opuseram ao colonialismo português, mas tinham diferenças entre si, as quais, após a declaração da independência, resultaram em uma guerra civil que durou vinte e seis anos.

A independência de Angola foi influenciada pela Revolução dos Cravos, que diminuiu o poder do exército português nas colônias e levou os portugueses a negociar com os angolanos. Um documento foi apresentado às Nações Unidas pela junta Salvação Nacional de Antônio Spínola, presidente de Portugal. A proposta era conceder uma autonomia aos brancos e aos grupos étnicos, incluindo os movimentos de libertação nacional. Havia vários partidos políticos formados pelos portugueses, principalmente no sul. Os movimentos de libertação nacional rejeitaram a proposta, argumentando que os brancos ou os portugueses em Angola não eram grupos étnicos e não tinham direito a declarar a independência. Em agosto de 1974, foi firmado um acordo em que a proclamação da independência seria exclusiva para os angolanos. Portugal reconheceu a autoridade dos três movimentos angolanos.

O FNLA, o MPLA e a UNITA iniciaram um processo de negociação e acordaram em formar um governo de transição composto por representantes dos três movimentos. Esse governo de transição teria a responsabilidade de criar uma constituição e uma lei eleitoral até 11 de novembro. Depois da independência, poderia começar o processo das primeiras eleições.

No entanto, os movimentos de libertação nacional tinham relações tensas. Isso levou a FNLA a se aliar ao exército do Zaire. A UNITA teve apoio da África do Sul e o MPLA teve apoio de Cuba. Os três movimentos declararam independência no dia 11 de novembro de 1975 da seguinte maneira: MPLA declarou a independência em Luanda, UNITA e FNLA declararam a independência no Huambo, mas os conflitos não pararam. A partir daí, Luanda se tornou República Popular de Angola e no Huambo sul de Angola se tornou República Democrática de Angola. Eram dois governos, dois Estados. A disputa entre os movimentos de libertação nacional era qual deles seria aceito internacionalmente.

ANGOLA INDEPENDENTE

A falta de consenso entre as três forças angolanas, motivada pela divergência política, impossibilitou um acordo após a independência de Angola. O país entrou em uma guerra civil que se prolongou por quase 30 anos e determinou os rumos do poder político angolano. A sociedade foi profundamente afetada pelo conflito interno e pela intervenção externa. A Guerra em Angola foi vista internacionalmente como um cenário de terror. Ela pode ser dividida em três períodos menores (1975-1991, 1992-1994 e 1998-2002) intercalados por frágeis tentativas de paz, e se destacou pela sua duração excessiva e pelas crueldades cometidas durante o combate (NOGUEIRA, 2019, p.1).

Com auxílio de Cuba e da União Soviética, o MPLA tomou Luanda, enquanto a FNLA teve ajuda da China e do Zaire, e a UNITA contou com apoio da África do Sul e dos Estados Unidos da América. De acordo com Rubini (2017), na primeira metade dos anos 90, as tropas cubanas que apoiavam o MPLA deixaram Angola e em 1991, sob a mediação de Portugal, da União Soviética, dos EUA e da ONU, ocorreram os acordos de Bicesse, assinados por Jonas Savimbi e José Eduardo dos Santos, marcando as primeiras eleições democráticas angolanas. As eleições políticas foram realizadas no ano seguinte e foram novamente ganhas por José Eduardo dos Santos. Apesar de Savimbi ter firmado um acordo de paz antes das eleições, ele não reconheceu a derrota e voltou a usar as armas.

De 1998 a 2002, temos a última fase da guerra, marcada na disputa pelo governo entre UNITA e MPLA, sendo que o último cada vez mais acumula o poder de vitória e a dominação da população em geral. Em 2002, como última resolução de guerra, militantes do MPLA

conseguem matar Jonas Savimbi, líder e principal estrategista militar do bloco oponente. Já enfraquecida pelos anos de guerra, a UNITA se rende e, em 4 de abril de 2002, é declarada encerrada a Guerra Civil e se assina um Acordo de Paz imediato (NOGUEIRA, 2019, p.1), como podemos observar nas eleições em 1992, o líder da UNITA não aceitou a derrota e a partir deste momento começou novamente uma guerra civil. Por causa desta luta houve várias vítimas. A guerra civil acabou após dez anos de combate com a morte do líder da UNITA.

APÓS A GUERRA CIVIL

Com o término da guerra, o MPLA, que era o Governo, busca trazer a paz, a estabilidade e também trabalha para reconstruir o país que foi destruído pelos muitos anos de guerra civil. O MPLA continua no poder em Angola desde 1975 até 2021.

Até hoje, é impossível contabilizar o número de baixas deixadas por essa guerra. Não há quase dados entre os partidos que se envolveram diretamente na disputa, além de certa negligência das nações estrangeiras que se envolveram no conflito e o fato de que a guerra durou quase 30 anos. Sabemos que o conflito deixou marcas incontornáveis entre os angolanos: as batalhas destruíram boa parte da infraestrutura do país, desestabilizaram as bases materiais da administração pública, os empreendimentos econômicos, o capital humano e até os centros de encontro religiosos do país. Até hoje o país tenta se reconstruir dos destroços de uma disputa que traumatizou toda a região do continente, influenciando no mundo político até da Namíbia, dos Congos, da Zâmbia e da África do Sul (NOGUEIRA, 2019, p.1).

Angola pode ser vista como um país distante do desenvolvimento ideal. Diante disso, torna-se crucial que o Estado assuma a responsabilidade de criar políticas públicas que assegurem condições básicas de vida para toda a sociedade angolana (PANDA, 2020, p. 205). É fundamental levar em consideração o histórico de traumas, sofrimentos e carências que marcam a população angolana, resultado da desilusão com a gestão estatal ineficaz do bem comum. Após tantos anos de guerra civil, Angola enfrenta um cenário desafiador em seus modelos políticos e econômicos. A crise financeira se entrelaça com deficiências na saúde, educação, segurança e saneamento básico, impedindo o país de ser considerado, de fato, em desenvolvimento. Apesar do crescimento econômico, o progresso social ainda é lento e insuficiente.

A paz em Angola, embora tenha renovado a esperança do povo, não significou a sua completa libertação. A persistência de uma ditadura, sem liberdade de expressão e direitos humanos, perpetua a opressão. O país se libertou do regime português, mas as práticas opressoras persistem, agora entre angolanos para angolanos (PANDA, 2020, p. 201). Para alcançar o desenvolvimento e a verdadeira liberdade, Angola precisa superar os desafios mencionados. A implementação de políticas públicas eficazes, o fim da opressão e a construção

de um sistema político e econômico justo e inclusivo são essenciais para o progresso do país e o bem-estar da população angolana.

METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de formação nacional de Angola no contexto histórico, considerando o período colonial português, a independência e a guerra civil. O método utilizado foi a revisão teórica bibliográfica e documental. A pesquisa foi realizada entre 10 de junho e 20 de julho de 2019. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica usa fontes que são materiais já produzidos, compostos basicamente por livros e artigos científicos disponíveis em bibliotecas. A pesquisa documental utiliza fontes mais variadas e dispersas, sem análise prévia, como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão.

A motivação para este tema surgiu da constatação de que há poucos artigos e pesquisas sobre ele. Para este trabalho foram usados a pesquisa bibliográfica, consultas em livros, artigos, sites na internet, periódicos e apostilas. Neste artigo também foram aproveitados os resultados de pesquisas relacionadas ao assunto. Conforme Gil (1999), essa metodologia se caracteriza pelo estudo aprofundado e extenso de um ou poucos objetos, de forma a permitir um conhecimento amplo e detalhado do mesmo.

A revisão de textos, pesquisas e análise de alguns trabalhos que tratam do tema foram os meios usados para coletar as informações. Na pesquisa, foram achados alguns trabalhos sobre a guerra civil em Angola, independência nas obras dos autores Rubini, (2017), que explica desde o aparecimento dos portugueses no território angolano até a independência, Augusto (2011) e Barreto (2012), Silva (2017) e José (2008), que falam sobre o assunto de forma mais ampla, desde as origens dos movimentos de libertação nacional, acordos de Alvor, fim da escravidão, Angola colônia portuguesa. Assim, podemos afirmar que este estudo foi planejado de forma bastante flexível e com critérios e características que podem nos mostrar vários aspectos do fato estudado.

RESULTADOS

Este texto apresenta os resultados e as análises e os dados mais importantes da pesquisa sobre Angola, colônia portuguesa e independência. Pode-se afirmar que o tema da libertação de Angola de Portugal e a obtenção da independência ainda precisa de mais pesquisas, assim como

de mais discussões sobre as abordagens teóricas sobre o assunto. Os acordos para a independência tinham três aspectos essenciais. Primeiro era garantir a estabilidade nacional, segundo a elaboração de uma nova constituição e terceiro, a construção do país.

Cada grupo ou movimento de libertação nacional defendia uma ideologia. Isso fez com que, após a independência, não conseguissem chegar a um acordo e iniciassem uma guerra civil. Entre os movimentos, faltou um plano de governo, unidade entre os povos, paciência, irmandade e confiança, pois ninguém acreditava na capacidade de um ou de outro para governar. Naquele momento, cada movimento tinha à disposição um exército de militares, e o aspecto da construção do país como um todo foi deixado de lado. O processo de independência foi complexo e intenso, envolvendo um povo e uma nação. Mesmo após a independência, os movimentos de libertação decidiram proclamar a independência da seguinte forma: o MPLA em Luanda, FNLA e UNITA no Sul, enquanto o exército português se retirava do território angolano sem reconhecer a independência proclamada pelos movimentos. Faltou patriotismo entre os movimentos, pois era o momento de unirem forças para a reconstrução, e não de criar conflitos.

O MPLA disseminou rumores de que os militantes da FNLA estavam envolvidos em canibalismo como meio de afastá-los de Luanda e levá-los de volta ao norte do país. O MPLA estava determinado a proclamar a independência sem o consentimento dos outros movimentos, o que gerou desconfiança entre eles. A FNLA possuía um exército maior e mais bem organizado, seguida pela UNITA, enquanto o MPLA era considerado o mais fraco. Todos os movimentos contavam com apoio internacional de países como China, Estados Unidos, União Soviética, Cuba, África do Sul e Zaire. Essas nações forneciam armas e equipamentos aos seus aliados, movidos por interesses econômicos, pois sabiam que Angola era um território rico em recursos naturais.

De acordo com o Portal Observador (2015), o acordo de independência de Angola consistia em três elementos: um componente político, um componente social e um componente psicológico. Esses elementos envolviam a conquista da liberdade política, a liberdade social e a liberdade psicológica. Apenas a liberdade política foi parcialmente alcançada, enquanto as outras duas foram abandonadas. A recuperação da liberdade psicológica visava beneficiar o novo poder, por meio da criação de novas formas de subjugação e da adoção de instrumentos anteriormente utilizados pela potência colonial, o que teve um impacto claro na participação cívica.

A independência de Angola foi unilateral e hoje estamos enfrentando as consequências desse processo, pois criamos uma sociedade não inclusiva, na qual o ponto de vista oposto ao dos detentores do poder não é admitido. É uma sociedade totalmente instrumentalizada do ponto de vista institucional, com uma perspectiva partidária. Basta olhar para os heróis do país, eles são heróis do MPLA e não do povo (GANGSTA, 2019). Desde 2002 até 2020, o setor público em

Angola tem enfrentado uma demanda crescente por parte dos cidadãos, que esperam melhorias na prestação de serviços públicos, além de transparência e maior efetividade das políticas públicas (ROCHA, 2014, p. 21).

Esse período de 2020 é marcado pelo retrocesso da política do estado. A falta de uma gestão sólida e transparente tem gerado uma onda de manifestações da população. Há três fatores importantes que podemos levar em consideração. Angola é um país novo e tem uma população jovem, é um país rico em recursos naturais com potencialidades e tem oportunidades de investimentos estrangeiros, vantagens essas que os gestores e líderes da conjuntura atual não levaram em consideração. Continuamos a ser um só povo multicultural e multiétnico, mas ainda existe uma resistência por parte dos governantes em criar estratégias para que os interesses políticos, nacionais não separem a população nem criem desigualdades econômicas e sociais (PANDA, 2020, p. 201).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de refletir e analisar o contexto histórico do processo de formação nacional de Angola, antes e depois da colonização portuguesa, bem como a independência e a guerra civil no território angolano. Na base teórica, foram usados estudos sobre abolição da escravidão em Angola, libertação nacional, acordo de Alvor, independência e guerra civil. Os dados foram coletados por meio da revisão teórica e bibliográfica e se classifica como pesquisa bibliográfica descritiva e documental.

Para isso destacamos alguns aspectos importantes. Os portugueses ao chegarem em Angola primeiro fizeram um acordo com o Reino do Congo, que dominava toda a região. No começo do século XIX, Portugal já explorava suas colônias como fonte de mão de obra barata. O racismo e os trabalhos forçados foram características deixadas pelo colonialismo. O racismo foi imposto no país como lei administrativa e política. O fim da escravidão ocorreu com a revolução dos Cravos de 25 de abril, que derrubou a ditadura de Salazar. Isso influenciou a saída das tropas portuguesas em Angola, aceitando que a antiga colônia se tornasse independente. Em relação à independência os portugueses tentaram fazer um acordo com os movimentos de libertação nacional. A criação de um governo de transição em que os portugueses também participariam do processo chamado de “independência branca” não deu certo.

As relações entre os colonos portugueses e os nativos prosperaram com a formação de representações diplomáticas e acordos de trocas comerciais. Vemos que, com o término do regime ditatorial de Salazar em Portugal, o governo de MFA tomou o poder e iniciou a institucionalização da democracia. O governo de MFA implementou a política dos três “D”, que visava democratizar, descolonizar e desenvolver. A revolução dos cravos possibilitou, assim, a independência das antigas províncias ultramarinas. Os movimentos de libertação nacional após a

saída dos portugueses em Angola passaram a mostrar seu interesse em governar o país. Embora cada um defendesse uma ideologia diferente, a questão era o poder e não a construção do país. Então, todos foram em busca de apoio de outros países. A guerra civil depois da independência é a evidência que os movimentos não estavam preparados para governar.

É evidente a escassez de estudos sobre a abolição da escravatura em Angola, bem como sobre a libertação nacional, independência e guerra civil. As discussões desses temas no país são fundamentais para ampliar a reflexão sobre o assunto, e este estudo apresentado não esgota todas as possibilidades de delimitação desse campo. O tema em questão continua sendo relevante, uma vez que a história de Angola não é contada pelos angolanos, sendo necessário criar mecanismos de fiscalização dos livros que distorcem a história de Angola visando interesses políticos.

Podemos afirmar que os movimentos de libertação nacional, após a independência, criaram divisões no povo angolano. Ainda existe discriminação contra alguns grupos étnicos, como os do Norte, que são pejorativamente chamados de "zaienses" e associados à prática de canibalismo. O MPLA, partido no poder desde a independência, adotou o regime colonialista que estava estabelecido no país, promovendo uma visão eurocêntrica e negligenciando a cultura nativa dos angolanos. Pode-se observar a presença predominante de pessoas de pele mais clara, chamadas de "mulatos", nas instituições angolanas. Em conclusão, podemos constatar que o país possui um governo militarizado. Além disso, é preocupante que as discussões sobre política e paz, em vez de serem civis, frequentemente se tornem militarizadas (MATOS, 2020, p. 46).

Para futuras pesquisas, é recomendável realizar novos estudos com o objetivo de dar continuidade à abordagem aqui apresentada, explorando o contexto histórico de Angola. Sugere-se ampliar os debates sobre o assunto em escolas públicas, faculdades e promover a publicação de artigos relacionados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Asp Cav Feliciano Paulo. **Guerra em Angola as Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares Especialidade de Cavalaria) - Academia Militar Lisboa, 2011.

BARRETO, Isabel de Souza Lima Junqueira. A descolonização de Angola: Migração e Adaptação de Portugueses e Brancos Angolanos no Rio de Janeiro. **Cadernos CERU**, vol. 31, n. 1, jun. 2020.

CUNHA, Wesa Tatiana Simão Da. **Mercado Monetário e a Supervisão do Sistema Financeiro do Banco Central de Angola**. Dissertação (Mestre em Auditoria Contabilística Econômica e Financeira) - UAL. Lisboa, 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: Editora UEC, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JOSE, Joveta. Angola: independência, conflito e normalização. In: MACEDO, JR. (Org.). **Desvendando a história da África [online]**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, Diversidades séries, p. 159-17.

MATOS, José Fernando de. O Processo de Paz em Angola Como Ponto DE Viragem Para A Reconciliação Nacional: Caminhos e Perspectivas. **Áfricas(s)**, vol. 1, n1, p.31-50, 2020.

NOGUEIRA, **André**. Hoje na História 17 Anos do Fim da Guerra Civil em Angola. Portal AH. **Aventuras na História**, 2019.

PANDA, Aires Paulo Pedro. Uma Reflexão Teórica Em Torno Dos 19 Anos de Paz EM Angola. **Áfricas (s)**, vol. 7, nº. 13, p. 199- 209, 2020.

ROCHA, Alves Da. **As Perspectivas de Crescimento Económico de Angola até 2020. V. 2. ed. Luanda**: Luanda - Angola Editora: CEIC-UCAN Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola. 2014.

RUBINI, Andrea. Angola e Portugal: **Os Restos da Colonização**. Monografia (Licenciatura em Línguas, Civilização e Ciências da Linguagem Currículo Político – Internacional). Universidade de Ca' Foscari, Venezia 2017.

SILVA, Antônio Carlos Matias da. Angola: História, Luta de Libertação, Independência, Guerra Civil e Suas Consequências. **Cadernos de Relações Internacionais Damas**, Vol. 8, n. 15, p. 12-32, 2017.

DOCUMENTOS:

ANGOLACONSULATE-CA. ORG. **Consulado Geral de Angola Em Los Angeles**. HISTÓRIA de Angola. 2015.

SITES:

WEBNIVEL. Miguel Neto. Conversa com o Gangsta. 7 de jun. de 2019. 1 vídeo (1h 24min 5seg). Publicado pelo canal WEBNIVEL MIGUEL NETO. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j1_GeEYIg08. Acesso em 20 de jun.de 2022.

Observador, Portal Educativo. Angola Tem Crescimento Econômico sem Desenvolvimento Social. Disponível em: <https://observador.pt/2015/05/09/angola-tem-crescimento-economico-sem-desenvolvimento-social/> . Acesso em 21 de jun. de 2022.

Recebido em: 09/02/2023

Aprovado em: 16/06/2023